

REPRESENTANDO O CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: OS CONCEITOS DE GARANTIA E HOSPITALIDADE CULTURAL NO ÂMBITO DO *MODELO CONCEITUAL RECORDS IN CONTEXTS*

IGOR MUNIZ PEREIRA*

NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI**

Resumo: Este estudo busca articular os conceitos de garantia e hospitalidade cultural ao Modelo Conceitual Records in Contexts. Adota como método para condução da pesquisa a revisão bibliográfica. Inicialmente, apresenta os conceitos de garantia cultural e hospitalidade cultural, a partir de como Clare Beghtol preconiza serem aplicados aos sistemas de organização e representação do conhecimento. Então, parte-se aos sistemas de organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivologia, estabelecendo a prática da descrição como fundamental no processo de elaboração desses sistemas. Traça um panorama histórico da descrição arquivística, desde a primeira definição formal estabelecida no Glossário da Society of American Archivists, passando ao estabelecimento das normas de descrição tradicionais, até o Modelo Conceitual Records in Contexts. Apresenta o modelo, as entidades que o compõem e possíveis relações que podem ser estabelecidas. Destaca-se suas particularidades e melhorias em relação ao período anterior, sobretudo, a transformação da descrição hierárquica e multinível em multidimensional, que permite representar os múltiplos contextos de produção e uso dos documentos ao longo do tempo. Finalmente, demonstra que os conceitos de garantia e hospitalidade cultural estão contemplados pelo Records in Contexts, tendo em vista que a flexibilidade, expansibilidade e múltiplas relações possíveis de serem estabelecidas contribuem para a representação adequada das comunidades, mediante seus próprios termos e valores.

Palavras-chave: Descrição arquivística; Garantia Cultural; Hospitalidade Cultural; Records in Contexts.

Abstract: This study aims to articulate the concepts of cultural warrant and cultural hospitality with the Records in Contexts Conceptual Model. The research adopts a bibliographic review as its method. It begins by presenting the concepts of cultural warrant and cultural hospitality, based on how Clare Beghtol advocates their application to knowledge organization and representation systems. It then turns to knowledge organization and representation systems in the field of Archival Science, establishing the practice of description as fundamental in the development of these systems. A historical overview of archival description is outlined, starting from the first formal definition established in the Glossary of the Society of American Archivists, through the development of traditional descriptive standards, and culminating in the Records in Contexts Conceptual Model. The model is presented along with the entities that comprise it and the possible relationships that can be established. Its particularities and improvements over previous models are highlighted — especially the transformation of hierarchical, multilevel description into a multidimensional one, which enables the representation of the multiple contexts of records' creation and use over time. Finally, it demonstrates that the concepts of warrant and cultural hospitality are encompassed by Records in Contexts, given that the model's flexibility, expandability, and the multiple possible relationships contribute to the appropriate representation of communities on their own terms and values.

Keywords: Archival description; Cultural Warrant; Cultural Hospitality; Records in Contexts.

* Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: igormp@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8147-0853>.

** Universidade Federal Fluminense(UFF) – Brasil. Email: nataliatognoli@id.uff.br. ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-0609-498X>.

INTRODUÇÃO

A organização e representação do conhecimento arquivístico compreende duas funções distintas e complementares: a classificação e a descrição. A classificação consiste na identificação das funções e atividades do órgão produtor, permitindo compreender a estrutura institucional e os vínculos existentes entre os documentos. É a partir desse processo que se constrói uma lógica capaz de refletir o contexto de produção documental e orientar sua organização.

Além de organizar os documentos, a classificação desempenha também um papel essencial na representação do conhecimento arquivístico. O plano de classificação, ao estruturar os documentos com base nas atividades do órgão produtor, torna-se uma ferramenta de leitura da própria instituição. Desse modo, a classificação não apenas organiza, mas também traduz e representa as dinâmicas institucionais nos arquivos.

No entanto, quando se considera especificamente o processo de representação — foco central deste trabalho —, a classificação é acompanhada por outra função arquivística que amplia seu alcance: a descrição. Enquanto a classificação organiza os documentos com base no contexto de sua produção, a descrição acrescenta uma camada de informação que permite compreender também o contexto de uso e o conteúdo dos documentos, tendo em vista a promoção do acesso e da recuperação da informação.

Logo, podemos compreender a descrição como uma função nuclear que permeia os sistemas de organização e representação do conhecimento arquivístico, refletindo escolhas e vieses que moldam a forma como documentos e seus contextos culturais são representados, acessados e compreendidos.

Para fins deste trabalho, entende-se «conhecimento arquivístico», conforme definido por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), como a integração de três facetas indissociáveis: o conceito de fundo, o conhecimento da forma documental e o conhecimento do contexto de produção do documento. Essa definição ressalta a importância de compreender não apenas o conteúdo dos documentos, mas também sua estrutura formal e o ambiente em que foram produzidos, garantindo uma representação precisa e contextualizada das informações arquivísticas.

Nesse cenário, os conceitos de garantia e hospitalidade cultural, segundo proposto por Beghtol (2002 e 2005), devem ser considerados, visando construir sistemas que atendam às necessidades informacionais de grupos sociais e realidades culturais variadas.

Portanto, o presente artigo busca responder às seguintes questões: os conceitos de garantia e hospitalidade cultural estão contemplados pelo *Modelo Conceitual Records in Contexts* (RiC-CM)? De que maneira é possível verificar tal associação?

Para tanto, faz-se uso da revisão bibliográfica. Parte-se da apresentação dos conceitos de garantia e hospitalidade cultural, tomando como base artigos de Beghtol

(2002 e 2005). Então, traça um panorama histórico da prática de descrição arquivística, desde a primeira definição formal estabelecida, passando pela concepção das normas tradicionais, até o desenvolvimento do RiC-CM.

Apresenta o modelo e suas características, destacando as mudanças que proporciona em relação às normas de descrição tradicionais. Em particular, a passagem de uma descrição hierárquica e multinível para uma abordagem multidimensional, que permite representar os documentos e as relações destes com pessoas e instituições envolvidas na sua criação e uso, de maneira mais precisa.

Argumenta-se que o RiC-CM, por sua capacidade de adaptação às diversas realidades culturais, flexibilidade e ênfase na contextualização dos documentos arquivísticos, contempla os conceitos de garantia e hospitalidade cultural. Assim, reforça o papel dos Arquivos como instituições responsáveis por preservar a memória coletiva e por representar as comunidades de usuários em seus próprios termos, ampliando o exercício da cidadania.

Finalmente, conclui que o RiC-CM, por sua capacidade de adaptação às diversas realidades culturais, flexibilidade e ênfase na contextualização dos documentos arquivísticos, contempla os conceitos de garantia e hospitalidade cultural. Assim, reforça o papel dos Arquivos como instituições responsáveis por preservar a memória coletiva e de representação das comunidades de usuários em seus próprios termos, ampliando o exercício da cidadania.

1. OS CONCEITOS DE GARANTIA CULTURAL E HOSPITALIDADE CULTURAL APLICADOS AOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

O conceito de garantia cultural parte, segundo Beghtol (2002) do reconhecimento de que todo sistema de classificação é elaborado conforme os pressupostos e as necessidades de uma cultura específica, que pode estar representada por determinado país, grupo social, linguagem, etc. Portanto, um sistema de organização do conhecimento tende a ser mais útil aos membros que se enquadram na cultura dominante.

Entretanto, na busca por sistemas de uso global, faz-se necessário superar barreiras culturais, geográficas e linguísticas, visando:

Incorporar todas as várias fundações sintáticas e semânticas de qualquer e toda cultura mundial, e os criadores de sistemas de organização do conhecimento precisam criar técnicas para recuperação de informação policultural (Beghtol 2002, p. 45, tradução nossa).

A autora cita o exemplo dos calendários, que são artefatos culturais utilizados para subdividir o tempo, de forma a regular a vida social e legal dos cidadãos. O calendário gregoriano é dominante. Entretanto, diversas sociedades adotam outros sistemas de registro do tempo, como o calendário lunissolar, na China.

Sendo assim, o ideal é que sistemas de organização e representação do conhecimento sejam capazes de converter as datas do calendário gregoriano de forma a incluir sociedades não cristãs, e mesmo outros conceitos de registro do tempo, como o tempo geológico, caso necessário. Portanto, deve haver a garantia de que diversas culturas estarão adequadamente inclusas, considerando seus membros como usuários potenciais dos sistemas

Ampliando o conceito de garantia cultural, reflete-se sobre a hospitalidade cultural, isto é, a possibilidade de sistemas adotarem novos conceitos de forma apropriada, acomodando-os em relações coerentes com outros conceitos, abarcando usuários cujas necessidades informacionais diferem da cultura dominante. Segundo Beghtol:

Hospitalidade cultural complementa e estende a ideia de garantia cultural. Postula que fazer provisões para aspectos específicos de diferentes culturas nos sistemas de organização do conhecimento aumentará a adequação e a utilidade desses sistemas de organização do conhecimento em diferentes ambientes para fins de fluxo de informações em todo o mundo. O princípio fundamental da hospitalidade cultural é que os sistemas de organização do conhecimento devem ser permeáveis a diferentes pontos de vista e diferentes atitudes e práticas culturais (Beghtol 2002, p. 47, tradução nossa).

Além dos conceitos de garantia e hospitalidade cultural, Beghtol (2005) pontua que as decisões éticas que envolvem os sistemas de organização e representação do conhecimento não são neutras, mas formuladas a partir de vieses decorrentes do contexto sócio-histórico e cultural no qual seus desenvolvedores estão inseridos. Faz-se necessário reconhecer esses vieses e as limitações do sistema, buscando mitigá-las, a fim de promover a representação adequada de diferentes perspectivas.

Busca-se então o equilíbrio entre normas de caráter universalizante e as necessidades locais, exigindo uma abordagem que trate tanto da padronização necessária à interoperabilidade dos sistemas, quanto das particularidades regionais e culturais.

Diante desses conceitos, passa-se à análise da construção dos sistemas de organização e representação do conhecimento no domínio arquivístico, com foco na descrição.

2. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

A recuperação da informação é tema estudado pela Ciência da Informação desde sua origem. Os usuários recorrem aos sistemas informacionais trazendo consigo necessidades variadas, que devem ser atendidas. Para tanto, conforme destacam Vital, Medeiros e Bräsch (2017, p. 41), «a recuperação requer que a informação seja tratada e estruturada pelos processos conhecidos como Organização e Representação da Informação e do Conhecimento». Entretanto, tais processos ocorrem de formas

específicas, a depender do domínio no qual são aplicados. No caso da Arquivologia, materializam-se de acordo com as práticas da classificação e da descrição arquivística. Para fins deste estudo, nos atentaremos à segunda.

Embora mencionada no *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1898), considerado o marco inicial da Arquivologia moderna, não havia, até o fim do século XX, uma definição formal para o conceito de descrição arquivística. Tal definição só viria a ocorrer, segundo Duranti, a partir do *Glossário* da Society of American Archivists (SAA), em 1974. Na obra em questão o conceito é apresentado como «o processo de estabelecer controle intelectual sobre os acervos por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa» (Society... 1974, cit. por Duranti 1992, p. 47, tradução nossa).

Alguns anos depois, o Grupo de Trabalho Canadense sobre as Normas de Descrição Arquivística (Canadian Working Group on Archival Descriptive Standards) definiu a descrição como uma função essencial para o processamento dos documentos de arquivo, cujos produtos serão os instrumentos de pesquisa capazes de controlar os fundos e permitir aos usuários encontrarem as informações necessárias.

Observa-se que ambas as definições abordam os instrumentos de pesquisa como produtos do ato de descrever, relegando à função descrição a simplória tarefa de criar substitutos de conhecimento. Somente na década de 1990, Miller cunhou uma definição capaz de dar conta da complexa função descrição, definindo-a enquanto

o processo de capturar, cotejar, analisar, controlar, trocar e fornecer acesso à informação sobre: (1) a origem, contexto e proveniência de diferentes conjuntos de documentos, (2) seu arquivamento, (3) sua forma e conteúdo, (4) sua relação com outros documentos e, (5) as maneiras como eles podem ser encontrados e utilizados (Miller 1990, p. 7).

Durante esse período, além da falta de uma definição apropriada que levasse em conta os elementos da descrição enquanto uma complexa função para representação do conhecimento arquivístico, destaca-se a ausência de normas e padrões concernentes à descrição arquivística por um longo período, resultando em procedimentos idiossincráticos. No ano de 1994 é publicada a primeira versão da *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)*, tendo sido atualizada em 2000, e apresentando uma definição mais robusta e condizente com a função descrição arquivística:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (Conselho... 2000, pp. 14-15).

Portanto, pode-se aferir que a descrição arquivística busca representar o contexto e conteúdo do acervo documental sob custódia das instituições, facilitando sua compreensão, localização e consulta, a partir dos metadados e pontos de acesso.

A ISAD(G) apresenta 23 elementos, dos quais seis são obrigatórios: a) código de referência; b) título; c) produtor; d) data; e) dimensão da unidade de descrição; f) nível de descrição.

A elaboração da ISAD(G) foi o pontapé inicial para a discussão e publicação de outras normas, dentre as quais destacam-se:

- *Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias* — ISAAR(CPF) — utilizada na preparação de registros de autoridade arquivística que fornecem descrições de entidades coletivas, pessoas e famílias relacionadas à produção e manutenção dos documentos de arquivo. Apresenta, como elementos obrigatórios: a) tipo de entidade; b) forma(s) autorizada(s) do nome; c) datas de existência; d) identificador do registro de autoridade.
- *Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico* — ISDIAH — apresenta regras gerais para a normalização de descrições de instituições custodiadoras de acervo arquivístico. São obrigatórios os elementos: a) identificador; b) forma(s) autorizada(s) do nome; c) endereço(s).
- *Norma Internacional para Descrição de Funções* — ISDF — estabelece diretrizes para a preparação de descrições de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de documentos arquivísticos. Entre os elementos obrigatórios, têm-se os seguintes: a) tipo; b) forma(s) autorizada(s) do nome; c) identificador de descrição da função.

Em comum, as normas mencionadas proporcionam a descrição multinível unidimensional, que estabelece a hierarquização entre as entidades do arquivo, partindo do nível geral, fundo, ao mais específico, item documental.

A padronização das descrições é um marco a ser destacado. Contudo, deve-se atentar às críticas, direcionadas principalmente sobre a ISAD(G). A estrutura linear e a hierarquia rígida ocasionam problemas quando se trata de representar as complexas relações contextuais e funcionais entre documentos, pessoas, instituições, e demais entidades. Além disso, o foco exclusivo no contexto de produção dos documentos pode negligenciar os aspectos de reutilização desses, quando adquirem um valor secundário, para além da atividade que lhes deu origem.

Outro aspecto relevante consiste no desenvolvimento dos sistemas informatizados. Surge a necessidade de um reposicionamento estratégico da profissão do arquivista, ampliando a custódia para além do espaço físico, isto é, as salas nas quais se encontram os documentos. Faz-se necessário discutir sistemas de organização e

representação da informação agora em âmbito digital, o que inclui modelos arquivísticos adequados a esse contexto. Dessa forma, analisa-se o *Modelo Conceitual Records in Contexts* (RiC-CM).

3. PENSAR A ARTICULAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL RECORDS IN CONTEXTS COM OS CONCEITOS DE GARANTIA E HOSPITALIDADE CULTURAL

Em 2012 o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) institui o Experts Group on Archival Description (EGAD), Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística, com o objetivo de estabelecer um novo padrão internacional de descrição arquivística, capaz de integrar as demais normas já mencionadas.

Atualmente o grupo é constituído por 23 membros, representantes de 15 países. Teve como resultado inicial a publicação *Records in Contexts: a conceptual model for archival description. Consultation Draft v0.1*, em 2016. O projeto sofreu diversas atualizações, culminando na versão 1.0, publicada ao final de 2023, considerada a primeira versão estável do modelo (Conselho... 2023).

Entre as vantagens de se elaborar um modelo conceitual destacam-se as seguintes:

Uniformização dos entendimentos, conceitos e as suas inter-relações, facilitando a compreensão de profissionais de diferentes áreas e a interoperabilidade entre os sistemas posteriormente desenvolvidos com base no novo modelo (Souza e Flores 2020, p. 254).

Uma definição para o que se entende como um modelo conceitual é estabelecida por Bezerra, segundo a qual:

Representam formal e simplificadamente a realidade de um dado domínio do conhecimento, funcionando como instrumentos para raciocinar sobre ela de modo a promover representações operacionais. Sua estrutura conceitual, lógica, relacional, bem como seu vocabulário, possibilitam identificar correspondências semânticas entre entidades e relações, e assim tornam possível o alinhamento semântico com modelos de domínios do conhecimento similares, como o de patrimônio cultural e memória (Bezerra 2019, p. 65).

No caso do RiC-CM, trata-se de um modelo conceitual de alto nível, que busca identificar e descrever intelectualmente os documentos arquivísticos, as pessoas responsáveis por sua criação e uso, bem como as atividades desempenhadas, cujos arquivos tanto permitem sua execução quanto às registram. Adota o modelo entidade-relacionamento (E-R), que implica na organização e representação de dados em termos de

entidades, e relacionamentos entre tais entidades. Na versão atual, há 22 entidades, a partir das quais podem ser estabelecidas dezenas de atributos e relacionamentos.

As entidades constituem os principais objetos de interesse dos arquivistas, incluindo tanto os que atuam no âmbito da gestão dos documentos correntes quanto na preservação e acesso aos de valor permanente. São essenciais para fornecer o contexto intelectual necessário ao gerenciamento, preservação, busca, uso e compreensão do acervo. O conjunto de entidades pode ser visualizado na tabela a seguir:

Tabela 1. Entidades do *Modelo Conceitual Records in Contexts*

RiC Entities Hierarchy			
First Level	Second Level	Third Level	Fourth Level
RiC-E01 Thing	RiC Record Resource	RiC-E03 Record Set	
		RiC-E04 Record	
		RiC-E05 Record Part	
	RiC-E06 Instantiation		
	RiC-E07 Agent	RiC-E08 Person	
		RiC-E09 Group	RiC-E10 Family
			RiC-E11 Corporate Body
		RiC-E12 Position	
	RiC-E14 Event	RiC-E13 Mechanism	
		RiC-E15 Activity	
	RiC-E16 Rule	RiC-E17 Mandate	
	RiC-E18 Date		
	RiC-E22 Place		

Fonte: Conselho... 2023

As principais entidades do RiC-CM são as seguintes: *Record Resource* (Recurso de Registro), *Instantiation* (Instanciação), *Agent* (Agente), e *Activity* (Atividade). Tais entidades representam, respectivamente: o próprio documento de arquivo ou conjunto documental que está sendo descrito; as diferentes formas que um registro pode assumir, seja material ou digital, abrangendo suas cópias, formatos, versões, bem como demais aspectos técnicos e físicos; pessoas e instituições responsáveis pela criação, manutenção, uso e custódia dos arquivos; atividades desempenhadas que resultam na criação, modificação e uso dos documentos de arquivo.

Por sua vez, os atributos são características das entidades. O conjunto dos atributos de uma entidade somado às relações que a mesma mantém com outras

entidades estabelece sua identidade. Abaixo, tem-se a descrição do atributo *Location* (Localização):

Tabela 2. Descrição do atributo *Location* (Localização)

ID	RiC-A27
Name	Location
Definition	A delimitation of the physical territory of a <i>place</i> .
Domain	Place
Specifications	<p>Used to describe basic human-readable text such as an address, a cadastral reference, or less precise information found in a <i>record</i>.</p> <p>Use the <i>coordinates</i> attribute (RiC-A11) to capture the geographical <i>coordinates</i> of the <i>place</i>. Use RiC-CM spatial relations (particularily RiC-RO75i ‘has location’) to capture a relation between two <i>places</i>.</p>
Extensibility	May be extended with any number of specific attributes.
Repeatability	Repeatable
Value schema	Free text
Scope	The level of precision may vary according to the context.
Examples	25 rue Saint-Denis à Paris [fr] [street in Paris] Montréal [city in Canada]

Fonte: Conselho... 2023

A reunião de todos os atributos que caracterizam determinada entidade pode ser visualizada da seguinte maneira:

Tabela 3. Conjunto de atributos da entidade *Place* (Lugar)

RiC-E22	Place
Attribute ID	Attribute Name
RiC-A43	General Description
RiC-A22	Identifier
RiC-A28	Name
RiC-A11	Coordinates
RiC-A21	History
RiC-A27	Location
RiC-A32	Place Type

Fonte: Conselho... 2023

Para compreender e descrever documentos de arquivo deve-se considerar de que maneira foram criados, acumulados e gerenciados ao longo do tempo. Todo registro é produzido em uma determinada época e local, seguindo procedimentos preestabelecidos. Encontra-se imerso em um contexto político, sócio-histórico e cultural específico. As relações no RiC-CM buscam descrever as conexões entre as entidades, fundamentais na análise desse contexto, expressando características significativas da história e gestão dos documentos arquivísticos. Os tipos de relações a serem estabelecidas recaem sobre uma ou mais categorias, conforme estabelecido no modelo:

- Relações de parte-todo, a exemplo de um processo e suas páginas;
- Relações sequenciais, que descrevem uma lógica entre documentos, como quando um documento possui duas ou mais versões;
- Relações de assunto, quando um documento tem relação com determinado assunto ou tópico;
- Relações entre documentos, como a relação entre um registro e sua cópia;
- Relações entre documentos e instâncias, isto é, associa um documento a sua versão digital;
- Relações de proveniência, que descrevem a criação de um documento arquivístico, como a relação entre um documento e a atividade e/ou agente que lhe deu origem;
- Relações entre instâncias, ou seja, entre um documento digital e uma outra versão do mesmo documento, após processo de migração;
- Relações de responsabilidade, que descrevem a autoridade de um agente sobre outras entidades, como um gestor e seus subordinados em determinada organização;
- Relações entre diferentes agentes;
- Relações de evento, quando um determinado acontecimento resulta na criação e/ou modificação de documentos;
- Relações entre entidades e regras, a exemplo do mandato que autoriza o agente a executar determinadas atividades;
- Relações entre entidades e datas, como quando ocorreu determinado evento, a data em que um documento foi criado;
- Relações espaciais, isto é, entre determinada entidade e um local, como o lugar ou jurisdição no qual o agente encontra-se situado.

Um exemplo de relação estabelecida no modelo pode ser visualizado a seguir:

Tabela 4. Relação no modelo *Records in Contexts*

ID	RiC-R006	
Name	has or had subevent	inverse relation: is or was subevent of
Domain/Range	Event	Event
Cardinality	1 to M	
Definition	Connects an <i>event</i> to one or more of a series of <i>events</i> that constitute the original, broader, past or ongoing <i>event</i> .	
Scope Notes	Since an <i>activity</i> is a kind of <i>event</i> , this relation can also be used for <i>activity</i> .	
Examples	The Spanish Civil War (1936-1939) <i>has or had subevent</i> the Bombing of Guernica (1937). [en] A Guerra do Paraguai <i>has or had subevent</i> a Batalha Naval do Riachuelo. [pt] A Batalha Naval do Riachuelo <i>is or was subevent of</i> a Guerra do Paraguai. [pt]	
Relation types	Whole/part relations Event relations	
Broader relations	RiC-R002 <i>has or had part</i> RiC-R057 <i>is event associated with</i> RiC-R057i <i>is associated with event</i>	
Narrower relations	None	

Fonte: Conselho... 2023

Compreendido o RiC-CM, torna-se possível estabelecer sua articulação aos conceitos de garantia e hospitalidade cultural. A abordagem multidimensional preconizada no modelo permite representar os arquivos com maior precisão, estabelecendo redes de relacionamentos que conectam documentos, funções, agentes e eventos. Assim, descreve-se contextos múltiplos e simultâneos, abarcando questões como a proveniência, autoria, criação e uso dos registros ao longo do tempo.

Tais redes de relacionamentos expandem a descrição para além do conteúdo do próprio documento, incluindo pessoas, organizações, atividades e locais específicos. Dessa maneira, é possível capturar as histórias, práticas e valores culturais dos diversos indivíduos ou grupos associados ao registro.

Ou seja, trata-se de um modelo flexível e expansível, assim como proposto por Beghtol. Em detrimento da imposição de uma estrutura hierárquica rígida, estabelece relações e contextos de acordo com a realidade cultural que envolve os documentos, as comunidades que os produziram, bem como os múltiplos valores e usos que podem assumir.

Assim, acervos de minorias sociais como indígenas e quilombolas, por exemplo, podem ser representados a partir da lógica e ordem estabelecida pela comunidade local, reduzindo o risco de arbitrariedades e alienações que os prejudiquem, atingindo a almejada garantia cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O RiC-CM aprimora a prática de descrição arquivística considerando a realidade contemporânea, marcada pelo advento dos documentos e sistemas em âmbito digital. Permite superar as limitações das normas tradicionais, como estrutura hierárquica rígida. Representa com maior precisão as complexas relações entre documentos, agentes, atividades e demais elementos.

Ao permitir a descrição contextual vinculada às múltiplas entidades e relações, o modelo valoriza a diversidade cultural, promovendo uma representação e recuperação da informação que abrange povos marginalizados, de modo que seus registros sejam compreendidos a partir de suas tradições e valores.

Percebe-se uma adaptabilidade do RiC-CM aos diferentes ambientes culturais, fortalecendo o papel dos Arquivos como lugares de memória coletiva, afirmindo uma série de histórias, práticas e saberes que passam a ser preservados nos próprios termos das comunidades específicas.

Finalmente, ao mesmo tempo em que promove o respeito às comunidades culturais, facilita o acesso à informação, sendo interoperável e compatível com tecnologias que permitem ao público geral, aos membros externos a uma determinada comunidade, compreender sua dinâmica de funcionamento e a importância que o acervo documental assume.

Portanto, o modelo mantém a pretensão universal ao acesso enquanto respeita as especificidades culturais e históricas das comunidades. Trata-se de uma alternativa que deve ser aprimorada constantemente, como qualquer sistema, mas já representa um avanço às necessidades do mundo globalizado, culturalmente diverso e cada vez mais tecnológico.

REFERÊNCIAS

- BEGHTOL, Clare, 2005. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [Em linha]. 56(9), 903-912 [consult. 2024-10-15]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.20184>.
- BEGHTOL, Clare, 2002. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. Em: M. J. LOPEZ-HUERTAS, ed. *Challenges in knowledge organization for 21st century: integration knowledge across boundaries. Proceedings of the seventh international ISKO Conference, 10-13 July 2002, Granada, Spain*. Würzburg: Ergon-Verlag, pp. 45-49.
- BEZERRA, Darlene Alves, 2019. *Alinhamento semântico dos modelos conceituais de bibliotecas, museus e arquivos* [Em linha]. Tese de Doutorado, Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói [consult. 2024-10-15]. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13845>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos, 2006. *NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf>.

- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009. *ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacos-do-ica>.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008. *ISDF: Norma internacional para descrição de funções* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ISDF.pdf>.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004. *ISAAR(CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias* [Em linha]. Trad. de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isaar_cpf.pdf.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* [Em linha]. 2.^a ed. adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Expert Group on Archival Description, 2023. *RIC-CM: Records In Contexts – Conceptual Model Version 1.0* [Em linha]. [S.I.]: International Council on Archives [consult. 2024-10-15]. Disponível em: <https://www.ica.org/resource/records-in-contexts-conceptual-model/>.
- DURANTI, Luciana, 1992. Origin and Development of the Concept of Archival Description. *Archivaria: The Journal of the Association of Canadian Archivists, Montreal* [Em linha]. 1(35), 47-54 [consult. 2024-10-13]. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884>.
- MILLER, Fredric M., 1990. *Arranging and Describing Archives and Manuscripts*. Chicago: SAA.
- MIRANDA, Jair Martins de, 2021. Records in Contexts (RiC): análise da sua aplicação em arquivos, à luz das tecnologias Linked Open Data (LOD). *Acervo* [Em linha]. 4(3), 1-26 [consult. 2024-10-15]. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1745>.
- SOUZA, Marcos V. Bittencourt de, e Daniel FLORES, 2020. Possíveis impactos do modelo Records in Contexts para os usuários de arquivos. *Acervo* [Em linha]. 33(3), 49-67 [consult. 2024-10-15]. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1553>.
- TOGNOLI, Natália B., Ana C. RODRIGUES, e José A. C. GUIMARÃES, 2019. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. *Informação & Informação*. 24(2), 58-75.
- VITAL, Luciane Paula, Graziela Martins de MEDEIROS, e Marisa BRÄSCHER, 2017. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. *Brazilian Journal of Information Science: research trends* [Em linha], 11(4) [consult. 2024-10-15]. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.07.p40>.

